

Petição:	Individual
Nome do 1º Peticionário ou de Pessoa Coletiva:	Pedro de Azevedo Coutinho da Gama de Mascarenhas
Morada:	
Local:	
Código Postal:	
Endereço Eletrónico:	
Nr. Telemóvel:	
Documento de identificação:	BI N° válido até:
Objeto sucinto da sua Petição:	Santa Casa da Misericórdia-A forma como trata os seus utentes carenciados.
Texto da sua Petição:	<p>Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, Venho por este meio dar voz e cara expondo-me publicamente com o intuito de desmascarar a forma desumana e vil com a qual a Santa Casa da Misericórdia trata quem a ela necessita recorrer, pessoas anónimas que todos os dias vão mendigar um apoio por não terem meios de subsistência, e são tratados abaixo de cão, e no meu caso em particular, que me insurgi, e apresentei várias reclamações e exposições ao provedor, perseguido, acochado e desrespeitado nos meus direitos como ser humano mais elementares. Transcrevo as várias exposições que fiz ao Exmo Sr. Dr. Pedro Santana Lopes, que ficaram sem resposta. não me deixando alternativa em nome dos que não têm já estrutura psíquica para enfrentar as monstruosidades que presenciei, e não tendo já forças para re-escrever tudo o que me fizeram e vi fazerem aos utentes de esta Entidade, dita Católica, que recebe doações de toda a sociedade civil, pessoas bem intencionadas, que julgam erradamente estar a apoiar quem mais precisa, quando financiam uma coutada de elitistas sem formação moral para exercerem o diígnificante trabalho que hoje em dia é apoiar os mais carênciados. Desde ao condições imundas e dantescas do Centro de apoio ao sem abrigo do Cais do Sodré, do centro de abrigo da Tv. da Cruz dos Poiais em que os utentes nem portas têm nas casas de banho fazendo as suas necessidades em frente aos demais como se de animais se tratassem, ao Centro de apoio ao sem abrigo da Mãe de Água, onde raspam a comida para o prato das pessoas, como vi fazerem, e que ao mínimo sinal de indignação são postas de volta na rua sem contemplações, à forma com os utentes são tratados como lixo, e quando exercem o seu legítimo direito de se indignarem são tratados como malucos, em que recusam ajudar utentes enquanto não tomarem banho porque cheiram mal e têm a roupa suja. em que recusam roupa, comida, e apoio financeiro só porque podem dizer não e usam esse poder como forma de retaliação quando os mecanismos previstos por lei e que existem para proteger o cidadão são accionados, chegando ao cúmulo de exercerem ameaças verbais e físicas para proteger a forma sub-humana com que tratam o seu semelhante, fazendo troça de quem está em sofrimento e com carências psico-sociais. Esta denúncia é um exercício de indignação pela forma como não fui acompanhado e ignorado, riem se das pessoas gozam com elas, ignoram-nas, e</p>

deixam o tempo fazer o seu trabalho ao dar cabo do que resta da dignidade de um ser humano, em vez de as ajudarem. Por ser um exercício difícil e penoso para mim relatar nesta petição todo o mal que fazem às pessoas, e a forma leviana com que tratam assuntos de maior gravidade, coloquei nesta petição as várias reclamações que fiz ao provedor e que resumem de alguma forma o modus operandi dessa mesma Instituição, ao ser perseguido e ameaçado em pleno século XXI como se estivesse nos tempos da inquisição. Sempre fui e sou uma pessoa idónea e bem formada que caí numa situação de fragilidade financeira e emocional ao me separar da minha companheira com quem vivi em união de facto durante 8 anos. Após a morte do meu Pai que me deixou com graves problemas financeiros devido às dívidas contraídas pelo mesmo tendo de alienar todo o património, não tendo à data de hoje qualquer dívida quer ao estado nem à Segurança Social e tendo sempre cumprido todas as minhas obrigações fiscais durante toda a minha vida adulta bem como qualquer apontamento no meu registo criminal, sendo portanto um Cidadão de pleno direito. Após uma passagem de 3 meses pelo CATMA, fui transferido para a alçada do centro supra-citado e encaminhado para o abrigo de emergência da R. Cruz dos Poiais de S. Bento. As condições nesse centro forçaram que optasse à falta de alternativa em habitar numa casa abandonada que encontrei por acidente e necessidade, dou como exemplo o facto de no referido centro não existirem portas nas boxes das casas de banho tendo os utentes de defecar à plena vista dos demasiados utentes o que considero um grave atentado à dignidade humana. Não obstante a minha escolha que considerei forçada sempre cuidei o melhor que pude da minha higiene e roupa tentando a todo o custo manter a minha dignidade e verticalidade. O apoio que recebi do CATMA deu-me estrutura para me reorganizar, juntar a devida documentação e pedir o RSI a 05/01/2017, com muita dificuldade pois nunca tive um plano de acompanhamento nem contratualizado ou assinado o mesmo como é obrigatório. Ainda hoje seis meses passados continuo a aguardar o RSI porque a SCML não soube gerir o meu processo junto da segurança social, lesando-me seriamente. Os apoios financeiros concedidos desde dezembro de 2016 foram sempre manifestamente abaixo do mínimo dos mínimos aceitáveis sendo insultuoso por vezes os valores concedidos ao meu caso em específico e sempre mascarado como uma esmola de caridade em vez de integrado num contexto construtivo e muitas vezes sumariamente negado sem base de fundamentação. Tal facto levou-me a pedir o livro de reclamações que me foi atirado para a mesa em sinal de desdém e como forma de intimidação no centro do Cais Sodré folha de reclamação nº 21516817, fui coagido a não a concluir porque fui intimidado pelo pessoal administrativo a não o fazer ao me dizerem que "iria me prejudicar" e "seria pior para mim" se o fizesse, prefazendo dessa forma o crime de coacção sobre uma Pessoa carênciada e a precisar do apoio que só o centro tinha o poder de decidir a atribuição, tratando-me no decurso dessa altercação e daí doravante em outras situações que passarei a expor pela segunda pessoa do singular e clara hostilidade dissimulada. Sempre me senti discriminado pelo bom nome que carrego como se fosse um indicador de não precisar de ajuda sendo o mesmo proferido por várias vezes em voz alta em clara violação ao meu direito ao anonimato, e envergonhando-me deliberadamente expondo-me aos restantes utentes, como se o meu nome alguma vez me tivesse pago uma conta de um quarto ou supermercado, ou fosse indicador do que quer que fosse. Como após essa situação passei a ser tratado numa atitude de claro silêncio hostil e

ao me deslocar novamente ao referido centro sendo anunciado pelo em voz alta pelo meu apelido, fui recebido pela minha assistente social e gestora de processo Dra. Fátima Rudera, que me indicou que o sistema informático estava com problemas mas já tinha inserido para aprovação o meu pedido de apoio financeiro. após longas horas de espera, pelas 16h os utentes começaram a receber os apoios, ao perguntar pelo meu, disse-me a referida Dra. que o meu nº de utente encontrava-se suspenso, não me explicando como nem porquê e não me dando data para resolução do problema. Confrontado com essa situação pedi pela segunda vez o livro e iniciei a preencher a folha nº 21516818, ao perguntar o que fazer visto começar a ficar sem espaço na folha disseram-me para anexar o restante da reclamação preenchendo folhas em branco, o que é ilegal. Decorridos 5 minutos do preenchimento da referida reclamação chamaram-me e disseram-me para me deslocar com carácter de urgência à Tesouraria dizendo-me que o meu nº de utente já não se encontrava suspenso, tendo por isso suspenso o preenchimento da reclamação. > Por várias vezes tentei entrar em contacto telefónico com a Dra. Fátima Rudera, mostrando-se ela indisponível e deixando mensagem com contacto, com vista a pedir esclarecimento sobre o processo de atribuição do RSI, não tendo obtido qualquer resposta. Desloquei-me dia 17-04 ao Centro a Dra. encontrava-se de férias e foi-me indicado que só ela me poderia atender, havendo um outro assistente, Dr. Miguel que recusou fazê-lo, dizendo-me que teria que ser atendido pela referida gestora. Contactou-me telefonicamente a 24-01 indicando que o contrato se encontrava na sua posse para ser assinado, no referido contrato constava a data de 17-01, presumo que a Dra. tenha ido de férias não passando o meu processo a outro assistente lesando-me ao prolongar desnecessariamente um processo de sua responsabilidade. A referida Dra. chegou inclusivamente a encaminhar-me para o Banco Alimentar, dizendo que se lá me dirigisse seriam-me atribuídos alimentos sabendo que não o fazem directamente ou caso não o soubesse tendo a obrigação de o saber, numa véspera de fim de semana prolongado, após o qual e depois de muitos contactos descobri que recaía sobre a alçada da técnica de atendimento social da minha junta de freguesia a possibilidade de atribuição desse apoio. ao qual me desloquei e fui apoiado com alguns parques mas importantes bens alimentares. à data de hoje desloquei-me novamente ao referido centro onde deixei um resumo à direcção e à Dra. desta referida exposição, foi-me atribuído um apoio de €150 não sei como poderei fazer face às despesas de aluguer de um quarto e demais custos como alimentação carregamento de telefone transpotes, etc, que me permitam estar apto à procura activa de trabalho. Fui novamente acochado pelo pessoal administrativo, foi-me entregue correspondência do IEFP contendo uma convocatória para dia 26-01 no caso da não comparência seria suspensa a minha inscrição. essa mesma correspondência tinha sido expedida dia 19-01 e no dia 24-01 ao pedir a minha correspondência indicaram-me que não havia, pedi para carimbarem a respectiva correspondência em como me tinha sido entregue à data de hoje, o pedido foi sumariamente negado sem qualquer explicação. Várias vezes pedi para falar com a directora do centro, vi-a por várias vezes a inteirar-se do que se passava, nunca esse meu pedido foi concedido como de direito. Não entendo como uma Instituição com valores Católicos apoiada pelo estado bloqueia verbas destinadas a apoiar pessoas fragilizadas e expostas a todo o tipo de tormentos e dificuldades, sendo a última coisa que precisam de passar por estes entraves quando já de si têm a vida tão assombrada com problemas. Preenchi à data de

hoje uma reclamação desta feita terminei-a, constam no livro com o nº 21516820/1. embora me tenha sido indicado mais uma vez para anexar folhas em branco preenchidas. Espero que ao fazer esta exposição haja uma melhoria na forma como os utentes são tratados neste centro, não podendo em consciência deixar de fazê-la não obstante o grau de exposição que isso acarreta para mim. Dou como exemplo o facto do pessoal administrativo não estar identificado tendo posto os cartões ao peito após ter pedido o livro, ou o exemplo de os garrações de água para consumo dos utentes encontrar-se escondido fora da vista dos mesmos, alienando para proveito próprio um bem essencial que teria que esta à disposição dos mesmos, a ausência total de roupas para serem doadas, pessoal administrativo comportando-se como assistentes sociais tratando os utentes por tu e opinando em público questões do foro privado. Espero que alguém com sensibilidade compreenda a violência física e psicológica a que tenho sido exposto, que actue em linha com a mesma e me possa ajudar a reerguer e a voltar a ser a pessoa e o ser humano que sempre fui, e mereço voltar a ser. Por ultimo uma palavra de louvor à equipa de segurança que sempre me apoiou e deu razão nestas atribuições, pelo seu profissionalismo e imparcialidade. Pela atenção prestada, o meu obrigado, Atentamente, Pedro de Mascarenhas. -----

----- Cumprimentos, em continuação ao e-mail que enviei a 02/05/2017 venho por este meio expor ao Exmo. Sr. Dr Pedro Santana Lopes Provedor da SCML mais alguns factos ocorridos à data de hoje 03/02/2017, que considero não serem de todo aceitáveis. Na expectativa em alguma alteração na postura do centro de apoio à inserção e emergência social da Rua da Cintura do Porto de Lisboa, Cais do Gás, nomeadamente pela minha assistente social e gestora de processo Dra. Fátima Rudera, bem como pelo pessoal administrativo, Liguei à referida Dra, pelas 16h após de manhã ter deixado pedido de contacto, visto ter-me sido informado que uma reunião geral estava a decorrer. Para ser orientado em relação à carta do IEFP, ao Apoio alimentar, e em relação ao apoio financeiro. A Exma Sra. Dra. Fátima Rudera respondeu-me que não sabia porque tinha sido tão expedito em ter feito uma exposição à provedoria da SCML, mas não em ter ido ao IEFP, em claro sinal de hostilidade e não cooperação, marcando com isso a tônica da conversa que adivinhei, e estava certo, difícil, mas nunca imaginaria o quanto. Enquanto julgo que o facto de a carta não me ter sido entregue atempadamente era da responsabilidade do centro supra, com um simples telefonema poderia evitar a minha suspensão da inscrição por 90 dias com todas as consequências inerentes e conhecidas. ficou então acertado dirigir-me ao IEFP escrever uma exposição e em caso de dúvida a Dra. contactaria o centro ou vice-versa. Em relação ao apoio alimentar indicou-me que tinha uma guia de encaminhamento à minha espera na secretaria, quando sei que não é necessário tal guia para ser apoiado por um centro. Ao pedir um apoio para pagar o aluguer de um quarto referiu que tal nunca tinha sido solicitado à mesma, o que não corresponde à verdade, e levando em consideração que o valor que me foi atribuído à data de ontem 02/05/2017 de €150. era flagrantemente insuficiente para fazer face às despesas mínimas que me permitiriam ativamente sair desta situação de carência pelos meus meios, em que me encontro, nomeadamente, €200 euros de apoio de renda mais o valor de custas de eletricidade, gás e agua, de €50, um passe social. ter o telefone com saldo para efetuar as minhas diligências na procura ativa de trabalho, pequeno almoço, dinheiro para pequenas mas importantes despesas. Foi me

indicado pela referida Dra. que não me daria mais nenhum apoio e desligou o telefone. fui atendido novamente telefonicamente desta vez pela Dra. Elvira Munjo, nome que julgo estar correto, após minutos por a linha estar ocupada, Indicou-me que a Dra já tinha saído. Pedi então o e-mail da directora do referido centro para expor a situação em que tinha sido deixado pela minha assistente social, foi-me negado o e-mail da diretora, dizendo que não podia dar o e-mail por telefone, somente presencialmente. Perante este impasse em que a minha própria gestora de processo e assistente social me desliga o telefone e não responde aos meus pedidos de contacto, peço por este meio que alguma solução seja encontrada, não me restando opção caso esta situação de claro shut down se manter e parecendo-me que por uma qualquer razão que desconheço e fico apreensivo, querem-me presencialmente no centro, serei obrigado a me expor e por inerência á Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, nomeadamente junto da sociedade civil, que com as suas doações financeiras e patrimoniais financiam essa referida instituição, para fins que julgam ser legítimos. O que peço é somente um tratamento IGUAL aos demais utentes, que dispõem de apoio para alugar um quarto e todos os demais apoios preteritamente expostos, inclusivamente até verbas extraordinárias, para casos específicos, e que me têm vindo a ser sistematicamente negados, que me seja atribuída uma verba, e conformidade com os parâmetros que os outros utentes recebem, e que não me sinta discriminado, acossado intimidado e tratado com escárnio, por ter feito uso de um direito constitucional, de me revoltar contra tantos meses de maus tratos, por essas pessoas, que na minha opinião não estão formadas moralmente ou academicamente, para as funções que exercem. Agradeço a atenção dispensada, Caso tivesse a graciosidade de analisar esta exposição e agir de acordo com o que julgar correto, ficar-lhe-ia agradecido. sem mais de momento, Atentamente, Pedro de Mascarenhas. No dia 2 de maio de 2017 às 16:24, Pedro Mascarenhas -----

----- Ao verificar o meu e-mail constatei a resposta por parte da Dra. Ana Isabel Almeida do gabinete de relações públicas e protocolo informando-me que a exposição estaria a ser avaliada pelo administrador com o pelouro da acção social e vogal de mesa, contactei a referida Dra. telefonicamente sexta-feira 05/05 na impossibilidade de falar telefonicamente com a minha assistente social Dra. M^a Fátima Rudera, visto estar numa consulta particular no exterior. A referida Dra. indicou-me o e-mail da Diretora do centro Dra. Celeste Brissos, após tê-la informado que iria avançar com uma petição. A qual incluo nesta exposição que me sinto forçosamente obrigado a reportar à luz destes novos acontecimentos. Tenho vindo a ter apoio de um casal amigo que me tem vindo a apoiar não só me deixando permanecer num quarto em sua casa como também partilhando comigo refeições e estando eu a pesar no orçamento familiar do mesmo, para além disso têm me dado bastante apoio moral em todo este processo de restabelecimento de uma vida normal, a pessoa amiga em questão Sra. D. Ana Moura, tem me vindo a acompanhar solidariamente por várias vezes ao referido centro e testemunhado todos os factos previamente expostos, a qual a pedido da Dra. Ana Almeida passei o telefone. A referida Dra. indicou-lhe que tinha falado com a Dra. Celeste Brissos que me estava a aguardar e queria falar com ela e a minha pessoa em conjunto nessa mesma tarde para "ver o que podia fazer" Informei que estava com um problema na coluna e com muitas dores e com dificuldade em me deslocar mas que iria fazê-lo. A caminho do centro e já no transporte liguei para o mesmo para confirmar a

presença da Dra. visto por várias vezes ter declinado a receber-me na ausência da minha assistente social, como é parte das suas funções quando solicitado. fui informado pela telefonista. Sra. D. Elvira Munjo que afirmou que a referida Dra. estava em reunião fora do centro e só me poderia receber segunda dia 08/05 da parte da tarde. voltei a ligar à Dra. Ana Almeida que afirmou que a referida telefonista estava a mentir e que era de facto aguardado pela diretora do centro. Ato continuo liguei de volta para o centro em que a telefonista afirmou novamente que a Dra. estava ausente e que não valia a pena ir, só segunda de tarde seria recebido. deixei pedido de contacto a solicitar que a Diretora me ligasse, o que não aconteceu. Depois de por duas vezes ter sido informado pela Dra. Ana Almeida que era esperado e por duas vezes a Sra. D. Elvira Munje dizer-me que era impossível visto a Dra. estar ausente, optei, receando pela minha integridade e da pessoa amiga que me acompanhava e estranhando a insistência de essa mesma pessoa ser recebida, não me dirigir ao centro, receando ser novamente uma tentativa de me atrair ao centro sem que àquelas horas nada pudesse lá ser feito para solucionar em conjunto a minha situação. Um centro em que me sinto acossado, em que os utentes sabem e comentam o valor do apoio que recebo!? em que já fui ameaçado que me faziam mal, que "não tinha cara para levar um estalo" que me dão encontros, em que a Diretora fala com alguns elementos que são utentes em perfeita sintonia tratando se por tu, utentes esses que circulam livremente pelas instalações nomeadamente por espaços vedados aos demais utentes excepto quando para serem atendidos nos gabinetes, que apareces do nada cinco minutos depois de eu dar entrada, sabendo que no centro não há tesouraria nem bans alimentares e não ser necessário qualquer documento ser levantado para ter acesso aos mesmos, um centro que não tem, e devia ter câmaras de vigilância, em que os administrativos trabalham sem identificação visível vejo-me claramente num braço de ferro desproporcional em que me mentem ostensivamente como se tal seja normal. e com fortes indícios de me estar a ser preparada uma recepção hostil, temo pela minha integridade bem como da Sra. D Ana Moura, pedindo por isso que à luz destes novos factos haja uma maior transparência e que as minhas válidas solicitações sejam atendidas de modo a que não me tenha de violentar à expectativa justificada de ser agredido, ou pior na minha condição física atual em que não me posso defender permanentemente lesionado. Hoje dia 08/05 voltei a ligar à Dra. Ana Almeida que me indicou que de facto a Dra. Celeste Brissos tinha ficado no centro a aguardar-me (nesse caso porque não me contactou?) que estava à minha espera esta segunda da parte da tarde, e ao expor que tinha sido atendido a 07/05 no Hospital São Francisco Xavier e ter me sido diagnosticado um Síndrome depressivo e uma escoliose dorsal e lombar com alterações degenerativas o qual tenho documento a comprovar, que eu sofria de facto de graves problemas psicológicos, encontrando-me lúcido e orientado embora com um síndrome depressivo, não reconheço autoridade à referida Dra. em me atacar dessa forma, Sendo esse diagnóstico validado ou invalidado por um médico psiquiatra da especialidade e com o qual já tenho consulta marcada no Hospital S. Francisco Xavier. Necessito de apoio para a medicação receitada, terei que fazer fisioterapia, análises clínicas e seguimento psicológico, conforme nota de alta, necessito de uma verba para fazer face às despesas que enumerei na 2ª exposição, não necessito de ser acossado, tratado com escárnio e ameaçado. Realmente começo a dar razão aos administrativos quando me disseram ao pedir pela primeira vez

o livro de reclamações que "iria ser pior para mim" A Dra Celeste Brissos se tem alguma solução para me apresentar que o faça de uma vez por todas e sem mais rodeios, que me contacte como é da sua obrigação a partir do momento em que a sua subordinada Dra. M^a Fátima Rudera me desliga o telefone e recusa-se a me contactar ou atender as minhas chamadas, que o faça de uma forma clara e objectiva, e não se esquivar às suas funções como já por várias vezes o fez observando-me ao longe e recusando falar comigo, não me restando alternativa caso contrário em elaborar a referida petição, que sei como fazê-lo e de que modo e a quem. Um centro em que alguns utentes aterrorizam quem reclama em sua legítima defesa direitos que são seus e previstos no quadro de apoios existentes que sabem o valor dos apoios que me são dados, que me dizem que quero o dinheiro para droga, não pode continuar a operar incólume. Informo que vou me dirigir hoje à Santa casa do Largo Trindade Coelho onde irei preencher o livro de reclamações com as duas últimas exposições, que deixo o meu contacto telefónico para que conste, agora que a muito custo foi me facultado o e-mail da directora Celeste Brissos para que me contacte o mais rapidamente possível a indicar de que forma pretende me apoiar, visto claramente já ter uma opinião formada a esse respeito desde terça-feira, e reiterando o meu receio a dirigir-me ao referido centro durante o dia de hoje para falar com a referida Dra. quando essa conversa pode ser perfeitamente feita de forma telefónica. Sem mais de momento, Respeitosamente, Pedro Mascarenhas. No dia 3 de maio de 2017 às 17:44 -----

Eu Pedro de Azevedo Coutinho da Gama de Mascarenhas, venho por este meio solicitar ao Exmo. Sr. Provedor Dr. Pedro Santana Lopes que intervenha neste processo. Mais uma vez fui obrigado a expor toda a minha vida privada, é uma violência psicológica violentíssima, não aguento mais, em vez de estar a ser alegadamente ajudado estou a ficar cada vez mais deprimido. Depois de ter feito várias exposições à provedoria e explicar a minha situação estou cansado. Depois de me ter deslocado ao Hospital São Francisco Xavier no passado dia 07/05 onde me foi diagnosticado uma escoliose degenerativa na coluna que terei que ser medicado e fazer fisioterapia, e me ter sido diagnosticada um quadro depressivo, falei com a Dra. Isabel Almeida no sentido de falar com a Directora do centro de emergência do Cais Sodré Dra. Celeste Brissos, no sentido de me ser atribuída uma verba para fazer face às despesas até receber o RSI que virá somente no dia 23 de Junho, para não me expor mais e não sofrer retaliações, para aviar as receitas para que me possa reabilitar e trabalhar fui encaminhado a uma reunião com a supracitada directora do centro e a minha nova assistente Dra. Margarida Brás, juntamente com a minha amiga de longos anos sendo ela que tem vindo a desempenhar o papel de Santa Casa nos últimos dois meses, fizeram-me um interrogatório e a ela que mais parecia a Inquisição, prefazendo uma autêntica devassa da vida privada dela e minha. A directora deu-me instruções para amanhã dia 10/05 me deslocar ao centro pelas 09h30 vir buscar uma guia de pagamento no Cais Sodré para entregar na Tesouraria no valor de €350 (trezentos e cinquenta euros) para fazer face às despesas até receber o RSI. A partir deste momento espero que a palavra da directora que foi testemunhada por todos os supracitados intervenientes na reunião seja cumprida, porque não quero mais ser seguido pela Santa Casa, a pressão a que tenho sido sujeito está a dar conta de mim. Por muitas vezes tive que pedir ajuda a amigos ouvindo recusas, e a única pessoa, uma MULHER que teve a coragem de me ajudar com

toda a sua postura e bom nome, não pode ser posta em causa! Tenho muita pena que a Instituição SCML, que supostamente serve para nos ajudar a erguer a nossa vida nas fases mais complicadas me sujeite a esta pressão toda. Estes últimos meses têm sido os piores da minha vida, toda a humilhação e vergonha porque passei. Espero que se cumpra a palavra da diretora, não quero ser mais utente da Santa Casa, e que desta vez o meu nº seja realmente suspenso. porque nunca mais quero ser recebido no centro de emergência do Cais Sodré. Não sou mais que os outros não admito que atentem contra a minha dignidade e integridade. Agradecia que o Exmo Dr. Pedro Santana Lopes, que não conheço mas sempre me disseram ser uma pessoa humana, que se assegure que amanhã a palavra será cumprida, porque tenho que seguir com a minha vida, tratar-me e trabalhar para ganhar a vida. Um Bem-Haja. Pedro Mascarenhas. No dia 8 de maio de 2017 às 11:43 ----- Exmo. Sr.

Provedor Dr. Pedro Santana Lopes. Mais uma vez, venho pedir a sua colaboração e ajuda para a resolução do meu problema, desde já peço desculpa por estar a maçá-lo, não é de todo o meu perfil. Na última exposição que fiz para o Sr. Provedor ao explicar toda a minha situação que foi analisada, que teve como resultado a reunião com a Diretora do centro Dra. Celeste Brissos e a minha nova assistente Dra. Ana Margarida Brás, ficou acordado depois de ser sujeito a um inquérito horrível para quem se encontra na minha situação, uma verba de €300 para o quarto comida luz água Gás e outras despesas inerentes, e onde me foi atribuída uma verba de €50 para despesas pessoais verbas essas dadas a 10 de Maio onde estavam incluídas despesas pessoais como de saúde, transportes, telefone, etc...sendo manifestamente escassas para quem tem um problema de Escoliose Degenerativa e tem que fazer fisioterapia, e porque tenho que ser acompanhado psicologicamente, por ter sofrido os maus tratos expostos anteriormente. Indiquei na exposição que não queria mais ser acompanhado pelo centro de emergência, ficou acordado na reunião que teria o apoio da SCML até receber o rendimento de inserção social que virá no dia 23 de Junho. Estamos a dia 30 de Maio, tentei falar com a Dra. Celeste Brissos, a 28/05 telefonicamente e por -mail, não obtive resposta. foi-me indicado que não atendia utentes telefonicamente. A Dra. Ana Margarida Brás, diz-me que só no dia 08 de Junho me iria dar um apoio, que já estava aprovado superiormente, não especificando o montante, e sujeito a reunião. Pergunto... como pago o meu quarto, como me alimento porque nem comida tenho, sabendo que a SCML emite os apoios a partir de dia 01 de cada mês. Não quero voltar para a rua, Este apoio supostamente seria para eu me reerguer e não me fazer voltar a cair. A minha nova assistente foi indelicada, arrogante, e ao contactar o centro foi-me informado pela secretaria que a assistente. já me tinha dito o que tinha a dizer. Peço encarecidamente a quem de direito, que intervenha para a resolução deste problema. Estou a tentar tornar-me uma pessoa decente como sempre fui, tenho que pagar contas e não posso explorar as pessoas que me estão a ajudar. Sei que a Santa Casa não é vitalícia nem eu o quero. Tenho pleno direito a ser apoiado tal como todos os outros utentes, porque é para isso que a SCML existe, para apoiar boas causas, e é para isso que muito boa gente faz doações para quem realmente precisa, e que não gostariam tal como a sociedade civil em geral saber os meandros burocráticos e tours de force infligidos a quem se encontra impossibilitado de se defender. Espero que esta causa seja levada a bom porto e tenha um final feliz. Deixo o meu muito obrigado,

Atenciosamente, Pedro de Azevedo Coutinho da Gama de Mascarenhas. -----

----- Exmo Sr. Dr. Pedro Santana Lopes, Esta é seguramente a última exposição que farei. Hoje ao contactar a Dra. Ana Almeida da SCML, pedi encarecidamente que me fosse dado pelo menos um apoio intercalar até dia 08, visto a minha própria sobrevivência estar em causa, A Dra. falou mais uma vez com a Dra. Celeste Brissos que reiterou que somente dia 08/06 o apoio seria dado, não sendo possível de todo um apoio intercalar. Já por várias vezes pedi por escrito para alguém interceder, mas pelos vistos a Dra. Celeste Brissos está acima de qualquer influência por parte dos órgãos superiores da SCML. Enviei um e-mail à Dra. Celeste Brissos após a reunião de dia 10 de Maio, a fazer um resumo da reunião, bem como outros e-mails e muitíssimos telefonemas que foram completamente ignorados. Para que a SCML tenha conhecimento, anexo o e-mail que enviei à Dra. Celeste Brissos, onde se encontra o resumo da reunião, para que a SCML tome conhecimento da forma como fui gozado, açoitado e manipulado pela referida Dra. Estou a passar fome, e estão-me a fazer uma pressão inadmissível. e vou mesmo avançar com uma petição, em que incluirei todas as minhas tentativas de ser apoiado e como fui tratado e vi tratarem outros utentes. Esta é seguramente a última exposição que farei, A SCML será chamada a responder por tudo isto. -----

Exma. Dra. Celeste Brissos. Conforme determinado em reunião, foi-me facultado o valor do subsídio eventual no valor de € 350. sendo que €300 seriam para o aluguer do quarto e ajudar com as despesas inerentes ao gás, água, electricidade, etc. e o valor de €50 para fazer face às minhas despesas diárias, que me foi atribuído a 10/05, como deve imaginar, foi manifestamente insuficiente, pois não é com €50 que uma pessoa normal consegue durante um mês suprir as suas necessidades básicas, nem mesmo uma criança. Paguei os meus medicamentos com esse valor, visto a Dra. Margarida Brás, não me ter contactado para me entregar os mesmos conforme a Dra. Celeste teria indicado, que demoraria uns dias. Levando em consideração que o meu Rendimento Social de Inserção só me será atribuído no dia 23 de Julho, conforme indicação sua, envio-lhe este e-mail atempadamente, no sentido de ao chegar o mês de Junho, possa-me ser dado um último subsídio eventual. No decurso da nossa reunião de dia 09/04 em que perguntou se a pessoa que me acompanhava e amiga de longa data me tinha conhecido num banco de jardim, qual a natureza da nossa relação, se éramos amantes, quanto ela cobrava !?, pedindo inclusivamente a identificação da respectiva Sra, não entendo para quê, que não podia-me dar o apoio sem a morada, sendo sabido que tal não é necessário, e pedindo para essa pessoa sair para falar a sós comigo, e quando nos levantámos para ir embora indignados sem qualquer apoio nos pediu para nos voltarmos a sentar. presumo que por saber que iria avançar com uma petição. que tinha cara de quem gostava da minha Mãe, não sabendo em nada qual a natureza da relação que tenho com ela, quis saber onde o meu irmão que tem paralisia era acompanhado, e onde vivia com a minha ex companheira. considerei uma devassa da minha vida privada o interrogatório que me moveu, que não tinha o direito de o fazer, e que permita-me que lhe diga, não é um comportamento aceitável. indicou-me às 16h30 que não tinha poderes para autorizar pagamento na tesouraria e que segundo reunião da SCML a que atendeu 15 dias antes não tinha poderes para o fazer, e que os pagamentos na tesouraria só podiam ser pagos com guia passada no centro de emergência. a entrega da guia que

estava marcada para as 09h30 do dia seguinte, foi alterada nesse telefonema para as 12h00. A referida guia, ainda a tenho em meu poder como prova porque não me foi solicitada nem necessária na tesouraria, nem os demais utentes a tinham em sua posse, uma guia forjada, sem numeração, onde está a sua assinatura e o meu número de utente somente e a indicação de se tratar de um subsídio "eventual" tenho Escoliose, um problema grave de coluna para o qual não estava medicado, obrigou-me a deslocar ao centro de emergência cheio de dores para ter tempo de me investigar. Pergunto-lhe...investigar o quê? para quê? por pura represália obviamente. Bem tinha sido avisado da primeira vez que pedi o livro de reclamações que seria pior para mim. após obter a morada a Dra. Celeste foi se embora à pressa da reunião, nem se despedindo dos intervenientes para confirmar a morada, digo isto porque passado 20 minutos a Dra. Margarida Brás ligou-me dizendo que a morada não existia, (confundi moinhos com munhos.) uma adolescente acabada de sair do curso que à saída da reunião, teve o descaramento de me dar três palmadinhas nas costas e desejar-me boa sorte, sem experiência para tratar de um caso como o meu e que a Dra. Celeste decidiu-me atribuir em substituição da Dra. Fátima Rudera. No referido dia 10 desloquei-me ao centro para levantar a guia, O Sr. Luís Miguel pediu-me para assinar um documento que recusou dar-me uma cópia, em que estava indicado que a minha assistente social era a Dra. Ana Malícia, Senhora essa que nunca ouvi falar, quando na reunião do dia anterior a Dra. Celeste me tinha apresentado a Dra. Margarida Brás como sendo minha assistente. tentou-me impedir de ler o documento antes de o assinar onde estava agrafado a relação dos subsídios que me tinham sido atribuídos, relação essa que me foi entregue na tesouraria sem qualquer entrave. Mentiu-me, tratou-me como se tivesse a intenção de extorquir dinheiro à SCML, acossou-me. quando nas exposições que encaminhei ao provedor a tónica era sobre as condições dantescas do centro de emergência, e o facto foi que quando me desloquei à reunião no dia 09/04, O centro parecia um hospital, impecavelmente limpo, sem lixo acumulado à porta como era hábito, e ausência dos utentes que por lá deambulavam e faziam dele a sua segunda casa, sem assuntos a tratar lá. Uma autêntica encenação, em que ninguém inclusivamente estabeleceu contacto visual connosco até sermos chamados. Está à vista o resultado, valeu a pena expor-vos ao Provedor, Sempre me pautei com transparência e seriedade, envio-lhe este e-mail a si e só a si. porque é da sua competência avaliar o meu caso. Os factos referidos neste e-mail não compõem a totalidade do que presenciei e anotei. Reitero que não me expus nem ao centro de emergência com o intuito de obter proveito próprio, caso o tivesse feito transpareceria nas minhas exposições ao provedor. Lutei pela dignidade como direito universal, e pelos outros utentes, com o apoio de uma grande Senhora e amiga de longa data, que esteve ao meu lado e apoiou-me quando a SCML me abandonou, e cujo bom nome, carácter e percurso de vida está acima de toda a suspeita Aguardo resposta por e-mail, encontrando-me à sua disposição bem como a Sra. D. Ana Moura, para nos encontrarmos em reunião caso julgue necessário. Envio-lhe este e-mail que é um resumo. a si e por agora somente a si, atempadamente a uma semana do término de este mês de Maio, para que o possa avaliar com o cuidado que o mesmo merece. Sem mais de momento, Atentamente, Pedro Mascarenhas. No dia 1 de junho de 2017 às 11:27. -----

----- Faça um apelo às pessoas que leiam esta petição, que ajudem a modificar a mentalidade de

esta Instituição, porque se ninguém der a cara nada vai mudar, há muita pobreza envergonhada em Portugal, e esta Instituição usa a vergonha que as pessoas têm como forma de exercer o seu despotismo. Esta Instituição que de Católica só no nome consta, em que os altos cargos beneficiam de regalias imorais, em que passam carros para nome de familiares, em que se apropriam de imóveis, dando indemnizações que mais são esmolas aos idosos que ainda ocupam fracções em que as negociatas são mais que muitas e ajustes directos são o prato do dia, alguém tem que parar estes senhores que se julgam acima da lei e fazem a seu bel-prazer as suas próprias regras com as doações da sociedade civil bem intencionada e com total desconhecimento dos gravíssimos factos aqui expostos. Muito agradeço a atenção prestada. Um bem-haja, Pedro Mascarenhas.